

26 NOV 2008

DF- Programa social

JORNAL DE BRASÍLIA

DECRETO 26 MEDIDAS SERÃO PUBLICADAS HOJE NO DODF

Agenda para o social

ROBERTO RODRIGUES/GDF

Kelly Kareline

O governo deve publicar na edição de hoje do *Diário Oficial do DF* (DODF), uma agenda para a área social. O decreto trará 26 ações conjuntas entre diversos órgãos do GDF para erradicar problemas antigos do setor. A agenda social buscará atender todas as faixas da população como crianças, jovens, idosos, deficientes físicos e gestantes.

O primeiro ato para colocar as ações em prática será a criação de uma comissão, que terá como objetivo fazer um estudo completo dos bolsões de pobreza que compõem a Região de Desenvolvimento do DF (Ride), que inclui municípios próximos dos estados de Goiás e de Minas Gerais. A meta é criar um consórcio metropolitano social.

Segundo a secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), Eliana Pedrosa, é necessário conhecer bem o perfil das pessoas que serão atendidas e as suas necessidades para fazer um

acompanhamento mais digno. "Não conhecemos toda a realidade, por isso vamos mapear a pobreza. Só depois vamos definir por onde começar a trabalhar", afirmou Eliana.

Vários órgãos do GDF vão tocar a agenda social, sob a coordenação da Sedest. As ações envolverão as secretarias de Trabalho, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Ciência e Tecnologia, Esportes, Cultura, Saúde e Educação. De acordo com Eliana Pedrosa, a prioridade dos dois primeiros anos de governo esteve voltada para a questão de infra-estrutura e os próximos dois anos serão focados na área social.

■ Projetos

Dois dos projetos previstos na agenda social são a construção de dois novos abrigos para moradores de rua e a criação de uma Coordenação de Vigilância Social. "Queremos mostrar que o governo tem ações fortes e coerentes", disse a titular da Sedest.

Há previsão, ainda, de cria-



■ SEGUNDO ELIANA PEDROSA, SERÁ FEITO MAPEAMENTO DA POBREZA

ção de um Banco de Bolsas de Estudo, para pessoas carentes do Distrito Federal. A idéia é aproveitar a cota de 20% de Instituições de Ensino filantrópicas e destiná-las aos candidatos de baixa renda, que serão escolhidos pelo GDF. Até a implementação, esse projeto deve demorar um prazo de três anos para adaptação. Isso para que as pessoas que são beneficiadas pelas bolsas, atualmente, não sejam

prejudicadas.

Um Centro de Referência ao Idoso e o Programa Mãezinha Brasileira, para acompanhamento de gestantes, também estão previstos para serem implantados pelo governo local. De acordo com a Sedest, um convênio com organismos internacionais será proposto para diminuir os níveis de pobreza, mortalidade infantil e analfabetismo.